

Aluísio Alves acha ^{Ass. Constituinte} que parecer é irreal

«Considero o parecer da Constituinte inteiramente fora da realidade». Assim manifestou-se o ministro da Administração, Aluísio Alves, sobre o parecer do relator da comissão mista do Congresso, que examina a convocação da Constituinte, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP). O ministro acredita que a solução encaminhada pelo governo anteriormente, que dá poderes constitucionais ao Congresso Nacional «é muito mais adequada à realidade de hoje».

Aluísio Alves justifica lembrando o exemplo do passado no qual o Congresso Nacional com poderes constitucionais foi a fórmula ideal em 1934 e em 1946. Em 1946 — prossegue o ministro — houve até mesmo ruptura com as instituições, fato considerado desnecessário hoje, em razão da transição pacífica ocorrida este ano.

Para o ministro da Administração, não há porque se fazer dois Congressos, um Constituinte e outro Ordinário. Primeiro, porque o povo e o eleitorado serão os mesmos, os deputados também serão os mesmos embora com pequenas diferenças». E finalmente, acrescenta o ministro, o País não tem condições físicas de instalar dois Congressos, enquanto

que em 1946, os dois Congressos corresponderam às aspirações da época.

Com relação à anistia aos servidores civis afastados por crimes políticos e que tiveram os direitos suspensos por atos institucionais, Aluísio Alves considera «mais do que razoável». Serão beneficiados cerca de 1.500 funcionários da administração direta e indireta, a maioria da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobrás.

Serão concedidos aos servidores civis, de acordo com o ministro, gratificação por tempo de serviço (quinquênio), licença à prêmio e promoção por antiguidade. Segundo o secretário-geral do Ministério, Miro Teixeira, a partir de agora o servidor civil passará a ganhar como se não tivesse havido a interrupção. Os pagamentos dos atrasados, no entanto, não serão concedidos, salvo posteriormente, por deliberação judicial.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães disse ontem ter encontrado «muitas falhas», como eleitor e como político, no parecer do relator da comissão mista do Congresso, que examina a convocação da Constituinte, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP).

PDS diverge sobre emenda

Se por acaso se encontrassem hoje nos corredores do Congresso Nacional, os deputados Prisco Viana (PDS-BA) e Nelson Marchezan (PDS-RS) certamente teriam travado acirrada discussão: em locais diferentes eles trocaram críticas duras em entrevistas sobre a Constituinte. Marchezan não se conformava por ver o PDS pagando com o PMDB o ônus da rejeição ao substitutivo de Bierrembach. Prisco acusava-o de não conhecer o pensamento de 92 por cento do partido.

Tão logo foi encerrada a reunião da comissão mista, Marchezan acusou Prisco Viana de evitar uma manobra política capaz de impor à Aliança Democrática duro revés ao rejeitar os termos do substitutivo do deputado Flávio Bierrembach. Ao contrário, segundo Marchezan, o líder do PDS «cochichou o tempo todo com Pimenta da Veiga (líder do PMDB na Câmara).

Prisco Responde

Ao saber das acusações, Prisco rebateu imediatamente:

— Ele passou longo tempo como líder do maior partido, com folga da maioria, e não consertou o País. Não compareceu a nenhuma reunião da bancada e não respondeu às consultas por escrito em que 92 por cento do partido optaram pela emenda Sarney — disse.

17 OUT 1985

JORNAL DE BRASÍLIA

ANC 88
Pasta 10/85-2
001/1985